



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS  
DIRETORIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS**

**Comissão Nacional de Florestas - CONAFLOR**

**Ata - 12ª REUNIÃO**

**Abertura do primeiro dia de Reunião**

Às 9 horas e 30 minutos do dia 9 de agosto de 2006, na Sala San Tiago Dantas, Palácio Itamaraty em Brasília, Capital Federal, foi dado início à 12ª Reunião da Comissão Nacional de Florestas - CONAFLOR, sob a Presidência de João Paulo Capobianco e secretariada por Joberto Veloso de Freitas.

**1. Apresentação e Aprovação da Agenda**

- 1.1. João Paulo Ribeiro Capobianco (SBF/MMA)** abriu a 12ª Reunião da CONAFLOR cumprimentando a todos e solicitou aprovação da agenda, que foi homologada.

Capobianco anunciou ainda o novo Diretor de Programa responsável pelo Programa Nacional de Florestas – PNF, Joberto Veloso de Freitas e informou que Tasso Rezende de Azevedo passara ao cargo de Diretor Geral do recém-criado Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Capobianco apresentou os palestrantes convidados para aquela reunião: Professor Dr. Humberto Ribeiro Rocha da USP – Universidade de São Paulo, Dr. Paulo Moutinho, pesquisador do IPAM – Instituto de Pesquisas da Amazônia e o Conselheiro Alberto Figueiredo Machado, Diretor do DEMA – Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. Em seguida pediu aos membros, observadores e demais convidados que se apresentassem e informassem as instituições que representavam, para que fosse registrado em ata (relação de membros e convidados em anexo).

**2. Aprovação da Ata da 11ª Reunião [TP-01]**

- 2.1. João Paulo Ribeiro Capobianco (SBF/MMA)** procedeu então a aprovação da pauta da 12ª Reunião da Conaflor e passou a palavra para o Diretor do PNF, Joberto Veloso de Freitas.
- 2.2. Joberto Veloso de Freitas (DIFLOR/SBF/MMA)** cumprimentou a todos os presentes à Reunião e apresentou o primeiro tema de pauta: Floresta e Clima.

Freitas ressaltou que o principal objetivo de discutir o tema seria proporcionar informações sobre o assunto aos membros, tanto em relação aos conhecimentos técnico-científicos, quanto sobre o tema no âmbito dos acordos internacionais. Freitas também comentou que aquela seria uma oportunidade para de colher as impressões e sugestões da Conaflor sobre a interface desse tema com as políticas florestais do Brasil.

Freitas então fez breve apresentação do tema, destacando principalmente os acordos diplomáticos já realizados e as conferências internacionais relevantes que tiveram como tema de pauta a discussão sobre mudanças climáticas. Em seguida passou a palavra ao primeiro palestrante da manhã: Dr. Humberto Rocha.

**Dr. Humberto Ribeiro Rocha (USP)** iniciou sua apresentação em relação aos aspectos técnicos relacionados as mudanças climáticas, demonstrando a variação das temperaturas observadas nas superfícies dos oceanos e dos continentes nos últimos anos.

Rocha concentrou sua apresentação em modelos de predição de mudanças climáticas, simulando os efeitos da remoção das florestas (tropicais, temperadas e boreais) principalmente em relação à temperatura e precipitação, apresentando os cenários prováveis, de acordo com os modelos apresentados.

No caso da Amazônia, Rocha apresentou os efeitos prováveis do desmatamento no aumento da temperatura e distribuição da precipitação nas escalas local, regional e global.

**2.3. João Paulo Ribeiro Capobianco (SBF/MMA)** agradeceu a apresentação de Humberto Rocha e passou a palavra para Dr. Paulo Moutinho.

**Dr. Pulo Moutinho (IPAM)** apresentou a proposta colocada em discussão em âmbito internacional recentemente pela representação brasileira em Montreal, na COP 11 (11ª Conferência das Partes): remuneração aos países em desenvolvimento para o desmatamento evitado. Moutinho explicou também que atualmente o Protocolo de Kyoto, não admite tal tipo de mecanismo

De acordo com Moutinho, a principal fonte de emissões de CO<sub>2</sub> no Brasil são as queimadas para conversão de terras florestais para cultivos agrícolas. Assim, conforme este raciocínio, Moutinho colocou que a redução do desflorestamentos e das queimadas seriam mecanismos eficientes para a redução de tais emissões.

Moutinho argumentou ainda que os países em desenvolvimento que reduzissem suas taxas de desmatamento deveriam ser remunerados pelos serviços ambientais prestados globalmente, como forma de incentivo e de compensação econômica devido aos custos implícitos a esse esforço e finalizou sua apresentação dizendo que o assunto ainda deveria ser mais discutido, porém representava um grande potencial para geração de recursos para investimentos ambientais no Brasil.

**2.4. João Paulo Ribeiro Capobianco (SBF/MMA)** agradeceu a apresentação de Paulo Moutinho e explicou que, por motivo de força maior, deveria se ausentar momentaneamente daquela reunião, e explicou que Presidência e Secretaria Executiva da Conaflor passariam, respectivamente, ao Diretor de Conservação da Biodiversidade, Paulo Kageyama e ao Diretor do Programa Nacional de Florestas, Joberto Veloso de Freitas. Em seguida foi dada à palavra ao último palestrante da manhã: o Conselheiro Alberto Figueiredo Machado.

**Alberto Figueiredo Machado (DEMA/MRE)** apresentou o tema Florestas e Clima no âmbito dos acordos internacionais em especial sob a ótica da Convenção do Quadro de Mudanças Climáticas e do Protocolo de Kyoto. Machado explicou que, na Convenção do Clima, eram consideradas as emissões acumuladas dos gases do efeito estufa, dos diferentes países signatários daquele acordo, a partir dos últimos 150 anos e não somente as emissões atuais dos países.

De acordo com Machado, considerando as emissões acumuladas nos últimos 150 anos, modelo apresentado pelo Brasil em Kioto em 1997 e conhecida como Proposta Brasileira, o Brasil é responsável por 2% das emissões totais.

Machado explicou também que o foco da Convenção do Clima seria a redução das emissões a partir do consumo de combustíveis fósseis, e de um sistema compensação de emissões. Ou seja, as emissões de um determinado país poderiam ser compensadas pela redução de outro. Machado argumentou que estas seriam algumas das razões pelas quais a conservação de florestas nativas não tem sido abordada nestes acordos.

Machado comentou ainda que a manutenção de florestas nativas em pé, tratar-se-ia da manutenção do *status quo*, ou seja, evitava-se uma emissão, entretanto para fins de remuneração pela lógica do MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, seria necessário haver uma redução em contrapartida.

Machado explicou também que, segundo as leis internacionais sobre o MDL, os esforços de países em desenvolvimento para reduzir as emissões, deverão ser apoiados por recursos novos e adicionais e cooperação científica e tecnológica dos países desenvolvidos. Assim, por este acordo, os países em desenvolvimento somente seriam obrigados a reduzir suas emissões se forem financiados para isto pelos países desenvolvidos.

**2.5. Paulo Kageyama (SBF/MMA)**, então substituindo o Presidente Capobianco, agradeceu aos palestrantes e abriu a palavra aos membros e convidados.

**Kathia Vasconcellos Monteiro (FBOMS – Mata Atlântica e Campos Sulinos)** declarou que era preciso se atentar urgentemente para o problema das mudanças climáticas, as quais já eram sentidas em várias regiões do Brasil. Kathia Monteiro argumentou que apesar do Protocolo do Kyoto ser um marco importante, seria preciso fazer mais do que reduzir as emissões de gases do efeito estufa, trabalhando fortemente para evitar o desmatamento.

**Mauro Victor (SBPC)** cumprimentou a direção da CONAFLO por ter trazido os palestrantes e pelas exposições realizadas, que segundo este, foram excelentes. Victor comentou a colocação do Prof. Humberto Rocha, o qual declarou que em alguns trabalhos científicos estadunidenses, desmatamentos da floresta Amazônica poderiam causar distúrbio hidrológico em várias partes do mundo, principalmente, em Dakota e no Meio Oeste Americano, e questionou se tais idéias não poderiam motivar intervenções estrangeiras na Amazônia sob a justificativa de conter o desflorestamento.

Victor questionou ainda sobre possibilidade do Protocolo de Kyoto ser substituído, por outros mecanismos menos rígidos, principalmente para os países desenvolvidos com relação às suas emissões.

**Atanagildo de Deus Matos (Comunidades Extrativistas)** declarou ser muito importante debater o tema Floresta e Clima na Conaflor, e ressaltou que seria fundamental também divulgar de forma ampla e para toda a sociedade a importância da floresta no equilíbrio do clima, tanto local quanto global.

**Estevão Lemos Barreto (COIAB)** declarou que a questão das mudanças climáticas preocupa os povos indígenas. Barreto explicou que estas mudanças afetariam fenômenos naturais como época e quantidade das chuvas, as cheias dos rios e, por conseguinte, interfeririam na piracema, na migração e reprodução de animais e plantas. Em sua análise, Barreto comentou que estas alterações afetariam

diretamente hábitos e costumes das populações tradicionais tais como as épocas de plantio, caça e pesca.

**Tasso Rezende de Azevedo (SFB/MMA)** sugeriu trazer para discussão na Conaflor, as oportunidades que possibilitassem o desenvolvimento do setor florestal, nas áreas de reflorestamento, manejo florestal e conservação relacionados ao MDL e ao Protocolo de Kyoto.

**Humberto Ribeiro da Rocha (USP)** respondendo ao comentário de Mauro Victor sobre a possibilidade do desmatamento na Amazônia influenciar no clima dos Estados Unidos, declarou que, apesar de alguns estudos levantarem esta possibilidade, não há evidência nenhuma que a Amazônia cause impacto sobre o clima naquela região.

Rocha comentou ainda que os Estados Unidos não entraram nas rodadas de negociação do clima, não assinaram Kyoto, portanto, não poderiam fazer qualquer exigência sobre as emissões ou o desmatamento dos demais países.

**Paulo Moutinho (IPAM)** declarou que o uso sustentável dos recursos florestais da Amazônia, seria a alternativa mais viável para manter a floresta em pé, os serviços ambientais a esta associados, e garantir o desenvolvimento das populações locais.

Moutinho, respondendo as colocações de Azevedo sobre MDL, declarou que atualmente os projetos de MDL para os investidores seriam pouco atrativos. Moutinho comentou ainda que a CONAFLORE poderia ajudar nas discussões da política nacional de mudanças climáticas e no aperfeiçoamento do MDL.

**Luiz Alberto Figueiredo Machado (DME/MRE)** declarou concordar com as declarações de Kathia Monteiro, sobre as mudanças climáticas, e explicou que o Protocolo de Kyoto seria apenas o primeiro passo. As metas dos países do Anexo I daquele acordo teriam que ser aprofundadas e ampliada a participação dos países em desenvolvimento.

Machado, citando Rocha e Matos, comentou que os países teriam que fazer os maiores esforços na área de redução de emissões e profundas alterações nos padrões de consumo e de produção.

Respondendo aos comentários de Mauro Victor, Machado comentou que sua preocupação seria de que as metas de redução de emissões dos países do Anexo I fossem cumpridas apenas pela compra de créditos de carbono, o que causaria conflitos de interesse em relação a compradores e vendedores destes créditos.

Machado comentou ainda que a compra e venda de créditos de carbono não resolveria o problema, pois, a solução passaria por ações de mitigação complexas, abrangentes e globais.

Citando Azevedo, Machado declarou também que a CONAFLORE é um foro por excelência para o fomento à discussão de projetos florestais na área de MDL.

- 2.6. Paulo Kageyama (SBF/MMA)** agradeceu aos palestrantes e encerrou as discussões da parte da manhã.

**Intervalo para o almoço (13h – 14h 30 min.)**

### 3. Distrito Florestal Sustentável. [TP-02]

- 3.1. Joberto Veloso de Freitas (SBF/MMA)** procedeu a abertura da segunda parte da 13ª Reunião da Conaflor, apresentando a introdução do tema de pauta 3: Distrito Florestal Sustentável.

Após a introdução do tema, Freitas passou a palavra para Tasso Azevedo, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

**Tasso Rezende de Azevedo (SFB/MMA)** complementou a apresentação de Freitas sobre o processo de criação de Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR 163, explicando o contexto e os critérios que foram utilizados.

Azevedo também apresentou a proposta de criação dos DFS do Carajás e BR 319. Expôs as principais razões para criação do Distrito Florestal do Carajás, enfocando a necessidade de proporcionar desenvolvimento regional e fomentar a sustentabilidade ambiental do complexo siderúrgico daquela região.

Azevedo comentou os estudos realizados entre o PNF e SFB, os quais apontavam a importância estratégica de se criar um Distrito Florestal na área de influência da BR 319. Explicou ainda as atribuições do SFB em relação aos distritos florestais e o potencial econômico, social e ambiental da criação dos referidos Distritos Florestais para o desenvolvimento das regiões abrangidas pelos mesmos.

- 3.2. João Paulo Ribeiro Capobianco (SBF/MMA)** após retornar à presidência da Conaflor, passou a palavra aos membros.

**Atanagildo de Deus Matos (Comunidades Extrativistas)** declarou ser importante discutir os problemas relacionados à utilização dos recursos florestais na região do Carajás, principalmente em relação às siderúrgicas ali instaladas, que segundo este, seriam as principais potencializadoras do processo de desflorestamento em seus raios de atuação.

De acordo com Matos, a iniciativa de criar um Distrito Florestal poderia incentivar o desenvolvimento sustentável daquela região.

Matos informou ainda que deveria ser observado com o devido cuidado os projetos de expansão da bovinocultura em grande escala na região do Carajás, para que esta não se tornasse mais um fator de incentivo ao desflorestamento.

**Afonso Celso Brandão de Sá (MDIC)** declarou apoio à criação dos novos Distritos Florestais e comentou que este seria importante para a sustentabilidade das cadeias produtivas relacionadas ao polo siderúrgico e à formação de um pólo produtor de móveis.

Brandão de Sá informou que a formação de um pólo moveleiro principalmente nas cidades de Acailândia, Paragominas e Marabá estava sendo estruturado pelo MDIC com o auxílio do SEBRAE.

Brandão de Sá comentou também que na região de influência da BR 319, no Estado de Rondônia, já haviam se configurado arranjos produtivos locais relacionados ao setor de madeira e móveis.

Brandão de Sá ofereceu ainda a cooperação do MDIC no processo de concepção e estabelecimento dos novos distritos florestais.

**Mauro Victor (SBPC)** destacou a relevância da lenha e carvão na composição da matriz energética brasileira e declarou que o setor movido à energia de biomassa florestal deveria ser valorizado tal qual outros como o alcooleiro e hidrelétrico.

**Cláudia Azevedo Ramos (Fboms/Amazônia)**, citando deliberação de reunião anterior, solicitou a Capobianco que fossem mantidos apenas dois temas por reunião e sugeriu que somente os assuntos relacionados à descentralização da gestão florestal fossem tratados naquele momento. Cláudia Ramos propôs ainda que os Distritos Florestais fossem discutidos em outra oportunidade.

- 3.3. João Paulo Ribeiro Capobianco (SBF/MMA)** então encaminhou à plenária a proposição de Claudia Ramos, que a aprovou.

Em seguida Capobianco passou a palavra a Joberto Freitas, Diretor do Programa Nacional de Florestas, que passou ao tema de pauta Descentralização da Gestão Florestal.

#### **4. Descentralização da Gestão Florestal [TP-03].**

- 4.1. Joberto Veloso de Freitas (DIFLOR/SBF/MMA)** fez a leitura do tema de pauta: Descentralização da Gestão Florestal. Em seguida passou a palavra a Tasso Azevedo para apresentar a minuta de decreto proposto para orientar o processo de descentralização.

**Tasso Rezende de Azevedo (SFB/MMA)** realizou sua apresentação contextualizando o processo de descentralização conforme a legislação a este relacionado, citando o Art. 23 da Constituição Federal de 1988 e o Art. 19 da Lei 11.284 de 2006, e também de acordo com discussões anteriores realizadas na Conaflor e em outros fóruns, como o Workshop sobre a Descentralização Florestal, realizado em agosto de 2006 em Belém, e o Fórum de Florestas das Nações Unidas, ocorrido também naquele ano.

Azevedo comentou também sobre os encaminhamentos realizados na 11ª Reunião, relativos ao papel do Governo Federal na coordenação do processo de descentralização.

Em seguida, Azevedo apresentou a minuta de decreto para orientar o processo de descentralização nas unidades federativas, destacando que esta tinha sido uma demanda daquela Comissão.

- 4.2. João Paulo Ribeiro Capobianco (SBF/MMA)** agradeceu as colocações e abriu a palavra aos membros.

**Cláudia Azevedo Ramos (Fboms/Amazônia)**, solicitou que a palavra fosse passada ao convidado Marcelo Marquesini do Greenpeace.

**Marcelo Marquesini (Greenpeace)** comentou que o processo de descentralização da gestão florestal estava tendendo a ser um processo de transferência de atribuições da União para os estados e declarou que os termos de cooperação assinados entre Governo Federal e Estados deveriam ter prazos mais longos. Esta opinião, segundo este, é compartilhada por alguns secretários estaduais do meio ambiente.

Marquesini declarou que seria necessário propiciar condições financeiras e técnicas para que os estados pudessem se aparelhar adequadamente e assumir com eficiência sua gestão florestal.

Marquesini comentou ainda que havia ineficiência nos sistemas de controle de transporte de produtos de origem florestal em vários estados. Segundo este, as deficiências de alguns destes sistemas e as dificuldades de integração entre os diferentes sistemas estaduais, poderiam facilitar o transporte ilegal destes produtos.

Marquesini sugeriu que os servidores dos IBAMA e das OEMAs fossem treinados para utilização do DOF. De acordo com ele, seria importante capacitar também as Polícias Rodoviárias Estaduais e as Polícias Ambientais dos Estados para que eles então tivessem acesso ao Sistema DOF, para que pudessem auxiliar na fiscalização. Argumentou que a velocidade de implementação da descentralização estaria acelerada, e comentou que seria mais prudente reduzir o ritmo deste processo para ampliar as discussões e a participação social.

Marquesini também solicitou esclarecimentos sobre o papel do IBAMA após o processo de descentralização e sua atuação perante as OEMAs e assuntos relacionados a gestão florestal nos estados.

**Gustavo Lino (MPOG)** informou que a implementação da Regulamentação Geral para Integração do Sistema de Controle da Atividade Florestal, naquele caso, deveria ser implementada por Resolução do CONAMA.

**Cristina Branco (Amigos da Terra)** comentou que os prazos estipulados na Resolução apresentada seriam insuficientes. De acordo com esta, o art. 2º, § 1º, determinava que as obrigações previstas nos incisos II, III, IV e V deveriam estar completas até 31/03/2007, e que isto dificilmente poderia ser cumprido, pois faltaria a capacitação e o aparelhamento necessário dos agentes estaduais para assumir aquelas atribuições.

**Estevão Lemos Barreto (COIAB)** comentou que fizera reivindicação na 10ª Reunião, sobre esclarecimentos a respeito do processo de licenciamento ambiental e das linhas de crédito para atividades produtivas em terras indígenas. Barreto solicitou que seu pedido fosse registrado em ata e solicitou que a CONAFLOR debatesse e esclarecesse estas questões.

De acordo com Barreto, questões como a exploração de recursos naturais em terras indígenas são altamente relevantes, pelo fato destas terras representarem boa parte do território nacional e de que, possivelmente, poderão vir a ser consideradas, pelo poder público, como potencial fonte de recursos.

Barreto declarou também que o modo de vida tradicional dos indígenas tem colaborado para a manutenção de boa parte das florestas em pé e dos serviços ambientais a estas associados, mas que tal fato não tem sido devidamente reconhecido.

De acordo com Barreto os indígenas deveriam ser mais ouvidos nestas discussões que, considerando ainda que o uso destes recursos com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos indígenas.

**Justiniano de Queiroz Netto** (Madeira Sólida) declarou apoiar o processo de descentralização da gestão florestal.

Queiroz Netto comentou que o mais importante naquele processo seria garantir o funcionamento das instituições e possibilitar a construção de um sistema nacional de gestão florestal compartilhando as responsabilidades entre União e estados.

De acordo com Queiroz Netto, não se poderia esperar excelência logo no início de um processo tão complexo quanto a descentralização, e que somente com o debate e o envolvimento de todos os atores, se conseguiria o aperfeiçoamento almejado.

Queiroz Netto, citando as colocações de Marquesini, declarou concordar que seria necessário garantir recursos orçamentários para possibilitar a descentralização da gestão florestal.

**Atanagildo de Deus Matos (Comunidades Extrativistas)** declarou que apesar da evolução e da criação de instituições governamentais para tratar do tema meio ambiente, ainda hoje as questões ambientais seriam tratadas dentro de diversos setores do Governo Federal, Estadual e Municipal como um apêndice do processo de desenvolvimento.

Matos informou apoiar a descentralização, por se tratar de uma oportunidade de obter-se avanços na gestão florestal. Matos comentou também que o Governo Federal não poderia se eximir de suas responsabilidades mesmo depois que o processo de descentralização fosse concretizado.

Comentou ainda que grande parte dos avanços em relação a questões ambientais foram obtidas por meio de pressão e denúncias das ONGs e sociedade civil organizada e que, neste sentido, dever-se-ia continuar atuando durante todas as etapas da descentralização da gestão florestal e quando esta for efetivada.

**Kathia Vasconcellos Monteiro (FBOMS – Mata Atlântica e Pampa)** declarou ser a favor da descentralização, enfatizando, porém, que a velocidade do processo deveria ser reduzida.

Segundo Kathia Monteiro, existiria ainda, em muitos estados, falta de parceria e diálogo entre as instituições do governo responsáveis pela gestão florestal e as ONGs e sociedade civil organizada, o que dificultaria o aperfeiçoamento e o controle social do processo de descentralização.

**Gustavo Teixeira Lino (MPOG)** comentou que seria importante criar mecanismos ou normas que permitissem a ação supletiva da União no caso em que os estados ou municípios tivessem falhas ou não tivessem condições ainda que momentâneas de assumir suas atribuições em relação à gestão florestal.

**Cláudia Azevedo Ramos (FBOMS/Amazônia)** comentou que seria importante que o Governo mantivesse os membros da Conaflor informados sobre o processo de descentralização, dos principais problemas enfrentados e das ações que estavam sendo tomadas para resolvê-los, a fim de que os membros pudessem colaborar na resolução destas deficiências.

**Tasso Rezende de Azevedo (SFB/MMA)** comentou concordar com os comentários de Cláudia Ramos, e declarou que o processo de descentralização estava sendo conduzido com o apoio da Conaflor, e que as principais dificuldades daquele processo estavam sendo trazidas para discussão naquele fórum desde a reunião anterior.

De acordo com Azevedo, na 11ª Reunião foi questionado sobre a falta de uma norma geral para orientar a integração dos sistemas de controle de transporte de produtos florestais entre os estados. Azevedo explicou que, em razão disto, estava apresentando naquela oportunidade, na forma de minuta de decreto, uma proposta para atender tal solicitação da Conaflor.



Azevedo declarou ainda que foi feita solicitação pela ONG Amigos da Terra, para que fosse revisado o prazo citado no art. 2º da Minuta de Regulamentação Geral para Integração dos Sistemas de Controle da Atividade Florestal. De acordo com Azevedo a referida minuta essencialmente pretenderia definir o conceito de transparência no sistema de controle da atividade florestal, e argumentou que, neste sentido, no art. 2º são descritas as obrigações e competências para todos os níveis de governo.

Azevedo então sugeriu que se retirasse o § 1º do Art 2º daquela minuta, no qual definia-se o prazo para a implementação dos sistemas de controle da atividade florestal.

Azevedo propôs ainda que a minuta fosse colocada sob consulta da Conaflor até o dia 15 de agosto do corrente e após este período, o referido documento seria apresentado como recomendação da Conaflor para a publicação por meio de resolução do Conama.

- 4.3. João Paulo Ribeiro Capobianco (SBF/MMA)** comentou que a forma de implementação da Regulamentação Geral para Integração do Sistema de Controle da Atividade Florestal, na forma de Decreto ou Resolução Conama, seria analisada pelo departamento jurídico do MMA.

Respondendo a questão levantada por Lemos Barreto, Capobianco afirmou que, constitucionalmente, a competência sobre as terras indígenas é exclusiva da União, sendo vedada qualquer transferência de responsabilidade a Estados e Municípios. Capobianco também solicitou que fossem incluídas na Ata da 11ª Reunião as falas do representante da Coiab.

Capobianco comentou também que de acordo com o entendimento do Ministério do Meio Ambiente, em conformidade com a Constituição Federal de 1988; o processo de descentralização objetivava corrigir uma disfunção do sistema em vigor, já que pretendia-se distribuir entre os Entes da federação as responsabilidades sobre a gestão florestal e integrar os diferentes sistemas adotados. Capobianco exemplificou sua colocação, citando estados como Minas Gerais e São Paulo que, segundo este, desenvolveram sistemas de gestão florestal praticamente independentes dos órgãos federais.

Capobianco declarou ainda que as preocupações levantadas sobre a descentralização eram plausíveis, entretanto, em seu ponto de vista, o processo de descentralização seria uma oportunidade de desenvolver no Brasil, um sistema de gestão florestal integrado com co-responsabilidade entre as unidades federativas, onde o IBAMA seria colocado no papel que lhe cabe como agência responsável por analisar o sistema em nível nacional. O Ibama passaria então a agir como órgão responsável por verificar as possíveis inconsistências, fazendo as ações de correção e atuando supletivamente para garantir a eficiência e a transparência do sistema de gestão florestal como um todo.

Após sua fala, Capobianco pediu desculpas aos presentes e explicou que teria que se ausentar do restante daquela reunião e passou a presidência da Conaflor a Paulo Kageyama.

- 4.4. Paulo Kageyama (SBF/MMA)** então passou a palavra para Rubens Garlipp, para que este relatasse os resultados da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT) da Conaflor: Estudo do Crédito Florestal.

**Rubens Cristiano Damas Garlipp (Silvicultores e Manejadores de Floresta)** relatou os resultados da 1ª Reunião do GT para o Estudo do Crédito Florestal. Garlipp explicou os resultados obtidos sobre os seguintes temas: i) Identificação dos

gargalos e proposição de soluções para os atuais mecanismos de financiamento para a atividade florestal e ii) Identificação de estratégias e proposição de novos modelos ou mecanismos de financiamento para a atividade florestal.

Após sua apresentação, Garlipp comunicou que Maria Alice Correa Tocantins, Técnica do Programa Nacional de Florestas, teria sido escolhida pelo referido GT como Secretária Executiva para proporcionar a intermediação das proposições daquele Grupo junto ao PNF, visando futuros encaminhamentos à Conaflor.

**Kathia Vasconcellos Monteiro (FBOMS, Biomas Mata Atlântica e Pampa)** solicitou a correção da nomenclatura de um dos biomas que representava pela FBOMS. Segundo Kathia Monteiro, o Bioma até então denominado Campos Sulinos deveria ser substituído pela designação Bioma Pampa.

Encaminhamentos:

1. O § 1º do Art 2º da Minuta de Regulamentação Geral para Integração dos Sistemas de Controle da Atividade Florestal deverá ser retirado daquele documento.
2. A Minuta de Regulamentação Geral para Integração dos Sistemas de Controle da Atividade Florestal será colocada sob consulta da Conaflor até o dia até o dia 15 de agosto do corrente.
3. Após o período de consulta e sistematização das contribuições recebidas a Minuta de Regulamentação Geral para Integração dos Sistemas de Controle da Atividade Florestal será apresentada como documento da Conaflor ao Conama para sua publicação na forma de resolução.
4. Substituição da nomenclatura Mata Atlântica e Campos Sulinos por Mata Atlântica e Pampa na representação da FBOMS.

**4.5. Paulo Kageyama (SBF/MMA)**, após as falas dos membros, encerrou a 12ª Reunião Ordinária da Conaflor.

Encerramento da XII Reunião Ordinária da CONAFLO (17h 15min.).